

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO -DF

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 232020.

RECORRENTE: MILLENIUM - SERVICOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.

MILLENIUM - SERVICOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.258.235/0001-39, vem, mui respeitosamente, por meio de seu Sócio Administrador in fine assinado, perante Vossa Senhoria, nos termos do I, do Art. 109, da Lei 8.666/93, oferecer tempestivamente Recurso Administrativo em face do ato administrativo que inabilitou o recorrente por suposta falta de capacitação técnica para o certame, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS

Após sagrar-se vencedor de alguns itens do presente certame licitatório (itens 03 e 04 e nos itens 6 e 8 houve a convocação pois as empresas não atenderam pelo preço), o recorrente acabou sendo desclassificado por suposto "Descumprimento do subitem 9.1.3, alíneas 'a' e 'b' do TR" e que "Inclusive, os Atestados anexados não permitem constatar a experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto desta licitação".

Muito embora o recorrente já tenha contratado com a administração itens da mesma similitude, bem como de que houve erro no envio dos documentos comprobatórios de sua capacidade técnica, já que estes não foram carregados corretamente pela rede, cumpre demonstrar um fato capaz de suprir qualquer alegação de incapacidade técnica do recorrente.

É que capacidade técnica da recorrente já consta do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.

Segundo o artigo art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores –Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, in verbis:

"Art. 4º Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1º da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

...

XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constante"

A prerrogativa trazida pela norma geral de pregão consagra um privilégio legal, em que se dispensa a apresentação de documentos constantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Dessa forma, o edital licitatório deve guardar sintonia com as normas cogentes previstas na lei geral citada.

A desclassificação da empresa recorrente afronta o princípio da razoabilidade tendo em vista que o artigo 13, do Decreto nº 3.550/00, facultou ao licitante devidamente registrado no SICAF, desde que regular e ativo, o benefício de não ter que apresentar a documentação exigida para a comprovação de sua capacitação técnica e financeira.

Neste sentido a jurisprudência pátria:

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO À LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ÍNDICE DE SOLVÊNCIA E DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME. DOCUMENTO ABRANGIDO PELA DISPENSA LEGAL DO ART. 4º, XIV, DA LEI 10.520/2002. EMPRESA CADASTRADA NO SICAF. BENESSE ADVINDA DIRETAMENTE DA NORMA GERAL DISCIPLINADORA DO PREGÃO, EDITAL QUE DEVE GUARDAR SINTONIA COM O NORMATIVO. SERVIÇO ESSENCIAL NÃO PREJUDICADO. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO VERIFICADO. ANULAÇÃO DO ATO DE EXCLUSÃO E SUBSEQUENTES. PROSSEGUIMENTO DAS DEMAIS FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONCESSÃO DA ORDEM MANDAMENTAL. (TRF2ª R.; REO-MS 2006.50.01.006959-.; Sexta Turma Especializada; Rel. Des. Fed. Guilherme Calmon Nogueira da Gama; Julg. 12/07/2010; DEJF2 09/08/2010)

No mesmo sentido o entendimento do Tribunal de Contas da União:

- REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. VEDAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES JÁ CONSTANTES DO SICAF. RESPONSABILIDADE DO PREGOEIRO PELAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS. É vedada a exigência, em procedimentos licitatórios na modalidade pregão, da apresentação de documentos e informações que já constem do sistema de cadastramento unificado de fornecedores ou de sistemas semelhantes mantidos por estados, distrito federal ou municípios. (...) (TCU; Repres 020.747/2005-3; Ac. 2389/2006; Tribunal Pleno; Rel. Min. Ubiratan Aguiar; Julg. 06/12/2006; DOU 13/12/2006)

A ilegalidade da exclusão do licitante que participou de pregão é patente, tendo em vista a absoluta falta de entrega de qualquer documento, posto que os documentos de sua habilitação que já constam do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.

Destaca-se, ademais, que tal regularidade cadastral pode ser consultada pela própria administração, sendo tal rigorismo uma verdadeira afronta ao princípio da razoabilidade.

No caso, verifica-se que a irregularidade da exclusão do recorrente do procedimento licitatório a partir da análise das circunstâncias fáticas e de direito, razão pela qual interpõe o presente recurso

#### DO PEDIDO FINAL

Diante de todo o exposto, requer seja dado provimento ao recurso interposto, a fim de anular o ato de exclusão do recorrente do presente certame e determinar a imediata contratação com o mesmo em relação aos itens em que fora vencedor.

Uberlândia-MG, 11 de novembro de 2020.

MILLENIUM - SERVICOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA

---

MILLENIUM SERVIÇOS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

IVO GONÇALVES REZENDE JUNIOR

SOCIO PROPRIETARIO

CPF:452.696.966-49

CNPJ: 04.258.235/0001-39-01

**Fechar**